

Uma Colônia no Brasil: *intersecções entre o relato de* *viagem, a autobiografia e a autoria* *feminina*

Pamela Pinto Chiareli Fachinelli¹⁷

Fani Miranda Tabak¹⁸

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Joana Luiza Muylaert de Araújo¹⁹

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Resumo

Em 1857, uma época em que as mulheres se contentavam, ou eram obrigadas a dedicarem-se exclusivamente a vida familiar, a sexagenária Marie van Langendonck prefere tecer sua história. Trata-se de uma ilustre dama, poetisa e escritora que descreve suas experiências em *Uma Colônia no Brasil*, livro pouco conhecido no meio acadêmico. Publicado em 1862, na Bélgica, o livro nos proporciona um relato das experiências de Marie em terras brasileiras, entre os anos 1857 e 1859, período em que residiu em uma colônia ao sul do país. Ainda que contivesse o subtítulo *Relatos históricos*, quando o livro foi publicado, ele foi avaliado pela crítica como um diário, sem validade histórica, contudo, à medida que se pesquisava sobre o gênero, algumas questões de natureza teórica foram levantadas, uma vez que, o relato de Marie extrapolava características capitais apontadas por Blanchot e Lejeune inerentes ao diário. Ainda, procura-se revelar como a reconstrução memorialística de Mme. van Langendonck converge a uma atitude de escrita própria, que ultrapassa as noções de gênero, de maneira que o espaço autobiográfico da obra esta intrinsecamente ligada à condição de Marie como mulher, escritora e personagem em uma sociedade marcada por inúmeros preconceitos, que delimitavam a atuação da mulher.

Palavras-chave

Relato de viagem. Escrita autobiográfica. Mme. van Langendonck.

¹⁷ Graduação em Letras e Mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia.

¹⁸ Doutora em Literatura Comparada. Professora Associada da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

¹⁹ Doutora em Letras pela UFRJ. Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia.

Corajosa e decidida, renunciou à vida confortável e suntuosa dos salões europeus, trocando-a pelo labor duríssimo da colonização. Assim, em 1857 veio para o Brasil, aqui permanecendo por dois anos, deixando notável escrito de sua aventura no país tropical, no livro que publicou em Antuérpia, em 1862, intitulado *Une colonie au Brésil*, no qual relata muitos e interessantes episódios que assinalaram sua primeira estada neste País. Sugestiva a descrição de suas experiências, resultantes de espírito bem informado e qualificado por conhecimentos que lhe situam a individualidade de poetisa e escritora, conceituação que, em essência e de fato, enaltece o Brasil e sua gente (LANGENDONCK, 1990, p. 11-12).

A passagem acima compõe o prefácio do livro *Uma Colônia no Brasil*, edição de 1990 e ressalta as características tanto morais quanto profissionais de Mme. Van Langendonck, atributos que a qualificam como mulher e escritora, ressaltando o papel e o lugar ocupado por Marie enquanto mulher e, sobretudo, frente à escrita. Nessa direção, propomos uma discussão aqui que perscruta as relações entre a autoria feminina, o relato de viagem e a escrita autobiográfica, de modo a evidenciar como se constrói o seu relato no âmbito social e político do século XIX.

A viajante era filha de Carolus Rutgeerts e de Maria Philomene Josephine de Linée Rutgeerts, nascida a sete de outubro de 1798 em Antuérpia (Bélgica). Aos 29 anos, casou-se com Jean Remi Felicien Philippe van Langendonck – oficial do Régiment de Guide e diretor do Hospital Militar de Charleroi - e a partir daquele momento, passou a carregar o nome do cônjuge, intitulando-se Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendonck. Fruto da união matrimonial ela concebeu cinco filhos.

A família ‘van Langendonck’ provém de uma das sete famílias mais antigas da Bélgica²⁰, com direito do patriciado, ou seja, uma família da aristocracia/nobreza. Além da corte, Marie frequentava os meios literários e culturais, convivendo com os melhores escritores da época, destacando-se como poetisa e escritora de renome, com algumas obras publicadas. Em seu livro *Aubepinés*, editado em Bruxelas em 1841, ela dedicou várias poesias aos seus contemporâneos Dumortier, Victor Hugo, Verhaeren, Lamartine, Jean-Baptiste Rousseau, Antonio Wiert, entre outros (LANGENDONCK, 1990).

Em *Heures poétiques*, publicado em Malines no ano de 1846, Marie deixou transparecer sua formação católica e publica “poesias de profunda inspiração religiosa, compostas pela facilidade que a memorização de prece adquire quando vertida para o verso e pela circunstância de não existir na época, livros de horas, em rima, dos grandes poetas franceses do século passado [...]”. (LANGENDONCK, 1990, p. 11).

²⁰ Texto extraído do prefácio de Tácito Remi de Macedo van Langendonck em Langendonck (1990, p. 11).

Ao buscar essa autoridade nos “grandes poetas franceses do passado”, ela recuperou a *imitatio* - princípio aristotélico recorrente no século XVII - elemento que funcionaria nos textos da viajante como uma espécie de licença poética, proporcionando a ela a autoridade para escrever. Ainda que ela apenas introduzisse as rimas como novidade, a metrificação oferecida por ela instaurou esse caráter inovador que facilitou a memorização da prece.

Esse breve percurso biográfico permite observar que Mme. van Langendonck ocupava lugares sociais bem definidos e que não se excluem; ao mesmo tempo em que cumpre os papéis de esposa e mãe, Marie desempenhava com autoridade a atividade da escrita, sendo reconhecida como escritora de poesias.

Após a morte do marido, Mme. van Langendonck com mais de 60 anos de idade emigra para o Brasil em um navio de emigrantes alemães, em 1857. No período em que esteve no Brasil, Marie conheceu a realidade brasileira, que podia ser definida pelo colonialismo e o poder do patriarcado. Decorridos dois anos vividos em meio à mata virgem da paisagem do Rio Grande do Sul, e tendo enfrentado diversas situações perigosas, Marie abandonou a floresta e decidiu voltar à Bélgica, em 1859.

Apenas três anos mais tarde, Mme. van Langendonck decidiu publicar um relato, de sua autoria, sobre os anos dessa experiência, intitulado *Uma Colônia no Brasil*, onde ela conta sua experiência como colona, suas tentativas de estabelecer-se em uma região agrícola e todos os perigos de uma região ainda selvagem e isolada. Na ocasião de sua publicação na Bélgica, em 1862, a autora incluiu o subtítulo *Relatos Históricos*, razão pela qual se pode afirmar que a pretensão da narradora era o de participar de um gênero, ainda dominado pelos historiadores e naturalistas da época – o relato de viagem.

Na primeira metade do século XIX, o número de mulheres viajantes era inexpressivo, sobretudo as que publicaram suas narrativas. Pode-se inferir que as publicações de viagens de autoria feminina eram quase imperceptíveis devido a grande distância que o universo feminino tinha do domínio da escrita e da leitura, fatores que contribuíram para a manutenção da condição subordinada da mulher na sociedade.

Ademais, as condições morais e sociais da produção literária em meados de século XIX são muito restritas para as mulheres:

As qualidades consideradas masculinas necessárias para se afastar da família, da cidade e se expor em público, precisavam ser disfarçadas ou referidas a motivos socialmente aprovados, para obterem a aceitação social e, às vezes, para a própria publicação de seus livros. Muitas vezes escondem-se sob pseudônimos, ou assinam o nome do marido, concedendo-lhe autoria para serem aceitas na esfera masculina

de autores de questões consideradas ‘sérias’. A correspondência com a família ou o diário são as formas mais comuns dos livros das viajantes, correspondendo também a uma adequação social de sua ‘exposição’ a leitores e a um resguardo e mediação da família para essas aventuras, no mundo dos homens (LEITE, 1997, p. 27).

Como uma forma de adequação social, algumas mulheres publicaram em parceria com os seus maridos, em outros casos, preferiram utilizar pseudônimos masculinos a fim de participar de um gênero ‘sério’, ainda dominado pelos historiadores e naturalistas da época, como o relato de viagens. Com a dificuldade enfrentada pelas mulheres, a maior parte delas publicou diários ou cartas, considerados pelo mercado editorial como gêneros intimistas e, portanto, de domínio feminino; como se a entrada delas no mercado editorial apenas fosse permitida por meio de publicações à margem das masculinas; assim como seu papel na sociedade oitocentista, onde ficava reclusa em um ambiente delimitado pela atuação dos homens.

Diante disso, Mme. Van Langendonck recupera uma passagem d’*A Arte Poética* do crítico e poeta francês, Nicolas Boileau-Despréaux (1979), como epígrafe de seu livro:

un auteur à genoux, dans une humble préface,
au lecteur qu’il ennuie a beau demander grâce;
il ne gagnera rien sur ce juge irrité
qui lui fait son procès de pleine autorité²¹ (Boileau-Despréaux, 1979 apud Langendonck, 2002, p. 23).

As mulheres, em virtude da rigidez do mercado editorial do século XIX - marcado, sobretudo, pelo preconceito em relação às publicações femininas - ao tentarem adentrar um gênero considerado ‘sério’, respeitado unicamente pelas publicações masculinas, como é caso do relato de viagem, utilizavam o prólogo de suas obras como meio de conseguir a anuência dos críticos e leitores. Trata-se de um recurso comum na literatura de autoria feminina daquele período e funciona como uma espécie de *captatio benevolentiae*²², na qual a escritora tenta ganhar a simpatia do leitor, interpelando-o no sentido de receber louvor e solidariedade para a causa que está a ser defendida.

Contudo, a rigidez do mercado editorial somado ao preconceito que imperava o modo como eram recebidos os escritos de autoria feminina e, sobretudo, os escritos de viajantes mulheres - uma vez que a própria experiência da viagem era limitada a elas -

²¹Epígrafe de *Uma colônia no Brasil*. Tradução desta autora: Um autor de joelhos em um humilde prefácio,/ao leitor que ele entedia lhe faz bem pedir uma graça;/ele não ganhará nada deste juiz irritado/que o julga com grande autoridade.

²²Expressão da retórica latina que significa literalmente ‘conquista da benevolência’ - muito difundida em todas as literaturas românicas, presente na estrutura formal da *ars dictaminis*, isto é, a arte de compor cartas - funciona como um procedimento que busca a disposição favorável do leitor para o que há de seguir.

fizeram com que *Uma Colônia no Brasil* fosse avaliado como um diário íntimo pelo mercado editorial, sendo reeditado como tal no Brasil e na Bélgica. Considerou-se que esse possuía inúmeras observações de cunho particular, fato que o distanciava dos relatos daquele período, que em sua maioria, assemelhavam-se a tratados científicos e geográficos.

O fato é que as mulheres sempre tiveram maior acesso ao interior das casas e à intimidade das famílias uma vez que, de acordo com os critérios da época, mulheres de caráter moral distintos deveriam manter-se afastadas dos homens, casados ou desacompanhados; com efeito, esse distanciamento dos homens do ambiente doméstico e a familiaridade das mulheres com esse espaço, permitiu que elas descrevessem o cotidiano das famílias com maior riqueza de detalhes.

Em diversos estudos sobre a autoria feminina, principalmente os que realizaram um estudo comparativo entre os escritos de autoria feminina e os de autoria masculina, é comum se escutar que a descrição das mulheres é bem mais minuciosa e crítica ao que se refere ao ambiente doméstico, à convivência entre homens e mulheres, quanto ao cotidiano e às aspirações das famílias de determinado período.

Michelle Perrot, pesquisadora que se dedicou aos estudos de autoria feminina, apresenta no texto *Práticas da memória feminina*, considerações quanto ao modo de registro das mulheres e conferiu a preferência pelos gêneros intimistas ao espaço privado ocupado por elas.

[...] os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo ocorre com seu modo de rememoração, da montagem propriamente dita do teatro da memória. Pela força das circunstâncias pelo menos para as mulheres de antigamente [...], é uma memória do privado, voltada para a família e o íntimo, os quais elas foram delegadas por convenção e posição (PERROT, 1989, p. 15).

No entanto, mesmo que elas optassem pelos gêneros intimistas como uma forma de adequação social, ao analisar textos de mulheres viajantes, Leite (1997) - pesquisadora que também se dedica a estudar os escritos femininos - afirmou que a condição feminina não figurava entre os objetivos de interesses das autoras e, que, muitas delas não refletiram sequer sobre sua condição. Em sua maioria, elas tratavam de descrever as particularidades da sociedade local, explicitando as diferenças e singularidades com sua terra de origem.

Nem todas elas refletiram sempre sobre a sua própria condição, e houve até algumas que ignoraram a população feminina no Brasil. A documentação que deixaram sobre si e sobre as mulheres brancas, negras e índias encontradas não é sempre um relato manifesto, mas aparece em informações e reflexões latentes sobre questões outras, expressando diferenças e singularidades, através do estilçamento do cotidiano descrito (LEITE, 1997, p. 26).

1 Diário, relato de viagem ou autobiografia?

Em meio a muitas mulheres viajantes, situa-se Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendonck. Em *Uma Colônia no Brasil*, “instruir, servir de mapa e manual histórico e científico” (SUSSEKIND, 1990, p. 83) não são as bases que fundamentam seu relato, pelo contrário, a narrativa apresenta um caráter muito pessoal devido às frequentes observações de cunho particular - suas preferências, suas impressões, idiossincrasias e preconceitos, mas que não são suficientes para alocarem o livro no gênero intimista.

Assim, à medida que as pesquisas foram feitas acerca das particularidades do diário íntimo, da escrita autobiográfica e do relato de viagem, nos deparamos com algumas questões de natureza teórica que instigaram o interesse em esclarecer a questão do gênero no texto de Mme. van Langendonck, uma vez que, pode-se notar que não há a predominância de um gênero específico, mas uma combinação dos gêneros empregados na ‘escrita de si’.

Para isso, utilizaram-se, principalmente, as teorias propostas por Blanchot e Lejeune acerca dos diários, cartas e autobiografias. Além delas, outros textos foram consultados e incorporados na leitura.

Na França existe um grande debate em torno do diário e, de forma geral, estende-se à escrita autobiográfica. Entre esses debates, podem-se encontrar textos bastante austeros como é o caso do ensaio de Blanchot, *O Diário íntimo e a narrativa* (2005), segundo o autor:

Parece haver, no diário, a feliz compensação de uma dupla nulidade. Quem não faz nada na vida, escreve que não faz nada e pronto, é como se houvesse feito alguma coisa. Quem se deixa desviar da escrita pelas futilidades de seu dia, recorre a essas nada para contá-los, denunciá-los ou gozá-los, e eis um dia preenchido (BLANCHOT, 2005, p. 274).

Como se pode observar, o autor apontou o diário como uma espécie de salvação, isto é, o indivíduo escrevia com a finalidade de salvar sua vida, protegendo-se do esquecimento, ele tentava salvar sua individualidade por meio da escrita, porém, se escrevia, deixava de viver aquele momento: essa é a falta de validade a que o crítico se refere.

Desse modo, o diário seria visto por Blanchot (2005) como uma espécie de salvação para o fracassado que não está apto para agir no mundo, de modo que a escrita diária camuflaria a inação de seu autor perante o mundo a sua volta. Contudo, essa interpretação é relativa se interpretar a escrita como uma possibilidade vislumbrada pelo ‘eu’ de compreender a si mesmo, de maneira a equilibrar sua existência e, quem sabe, atuar no mundo exterior.

No diário, a narração é o estilo preponderante da escrita, não necessariamente organizada por meio de elementos como, tempo, espaço, enredo e personagens. Contudo, a marcação cronológica merece ser destacada. Assim, entre as exigências desse gênero, Blanchot (2005) asseverou que o respeito ao calendário é o pacto que o diário íntimo assinava, observa-se a seguir:

O diário íntimo, que parece tão livre de forma, tão dócil aos movimentos da vida e capaz de todas as liberdades, já que pensamentos, sonhos, ficções, comentários de si mesmo, acontecimentos importantes, insignificantes, tudo lhe convém, na ordem e na desordem que se quiser, é submetido a uma cláusula aparentemente leve, mas perigosa: deve respeitar o calendário (BLANCHOT, 2005, p. 270).

Igualmente, Philippe Lejeune também pactuou com a ideia de obediência ao calendário, tanto no que diz respeito ao diário íntimo como ao diário de viagem. “Um diário sem data, a rigor, não passa de uma simples caderneta” (LEJEUNE, 2008, p. 260). Faz-se conveniente esclarecer que Lejeune distinguiu o diário íntimo do diário de viagem à medida que a narrativa de viagem teria um fim programado, isto é, começava com uma data específica de início e de fim, seu início respeitava o começo da viagem e acabava concomitantemente à conclusão da mesma.

De maneira diferente ocorria no diário íntimo, visto que “é virtualmente interminável desde o início, uma vez que sempre haverá um tempo vivido posterior à escrita, tornando necessária uma nova escrita e que, um dia, esse tempo posterior assumirá a forma da morte” (LEJEUNE, 2008, p. 273).

A datação pode ser mais ou menos precisa ou espaçada, mas é capital. Uma entrada de diário é o que foi escrito num certo momento, na mais absoluta ignorância quanto ao futuro, e cujo conteúdo não foi, com certeza, modificado. Um diário mais tarde modificado ou podado talvez ganhe algum valor literário, mas terá perdido o essencial: a autenticidade do momento (LEJEUNE, 2008, p. 260).

A partir dessa premissa, observa-se como é feita a marcação temporal em *Uma Colônia no Brasil*, que no século XIX, fora considerado um diário pelo mercado editorial. As datas específicas aparecem, mas não permeiam toda a narrativa. Inicialmente, em meio ao texto, o leitor é informado que no dia trinta de abril de 1857, a narradora deixava a enseada de Antuérpia na Bélgica e embarcava no brigue Amanda, com destino ao estado do Rio Grande do Sul, no Brasil.

E, no primeiro capítulo, é informado que em ‘uma manhã’, não se sabe qual o dia especificamente, algumas pessoas morreram; ‘alguns dias depois’ outro senhor entregou sua alma a Deus, e que ‘mais tarde, com alguns dias de intervalo’ outras três crianças nasceram, de modo que o número de mortes e nascimentos equivaleu-se. É após algumas páginas, mas

também no mesmo capítulo que se tem uma data - quinta feira, nove de julho -, o dia que marca a chegada do navio no porto do Rio Grande do Sul.

No início do terceiro capítulo, tem a marcação ‘dois dias depois de nossa chegada’ que apesar de não revelar o dia específico, o leitor consegue inferir que se trata do dia onze de julho. Há a informação de que Mme. van Langendonck permaneceu por dez dias em Porto Alegre para mais tarde, avançar em seu projeto de explorar as matas virgens. O Senhor de Montravel tentou fazê-la abandonar esse projeto, mas como ela mesma afirmou ‘foram palavras vãs’.

Naquele momento, pode-se recuperar a afirmação da pesquisadora Leite (1997, p. 29), “as viúvas sempre tiveram maior autonomia legal e efetiva que as mulheres solteiras”, uma vez que, não havendo a necessidade de acompanhar um marido, Marie convicta de sua escolha, seguiu para a colônia localizada em meio à mata virgem, de modo que o desejo pelo desconhecido prevaleceu.

O capítulo seguinte iniciou com a frase, “Enfim, no décimo dia, fundeamos não longe da propriedade do major Guimarães” (LANGENDONCK, 2002, p. 38), que apesar de dar uma posição temporal, é imprecisa e acaba por desencadear uma confusão.

Se voltar algumas páginas se consegue depreender que a referência ao ‘décimo dia’ é feita após sua saída da cidade. Os acontecimentos obedecem a uma sequência; primeiro, a viajante encontra-se com o Senhor de Montravel dez dias após sua chegada em Porto Alegre, ao término da conversa (na qual ele tenta desencorajá-la) Mme. van Langendonck demora-se mais ‘alguns dias’ na cidade para posteriormente, partir. Assim, apesar da confusão referente aos dias, consegue-se compreender que o décimo dia é então, contado a partir da data que ela deixa a cidade.

Nessa ocasião, é necessária uma leitura mais atenta para poder acompanhar o encadeamento dos episódios; de modo que o leitor acaba não tomando ciência do momento exato da chegada de Marie nas florestas virgens. Essa necessidade de retroceder-se à leitura a fim de se compreender como é elaborada a marcação temporal em *Uma colônia no Brasil*, revela-se uma propriedade da escrita feminina: seus deslocamentos constantes.

Segundo Castello Branco (1989, p. 140), o texto feminino “se constrói de deslizamentos que se dão por elipses, por absurdas associações, por saltos inesperados, e que fazem com que a tessitura do texto reproduza mimeticamente a estrutura lacunar”.

De tal modo, ainda que se considere que texto de Marie tenha se estabelecido por meio de uma escrita cotidiana, ou mesmo espaçada, dos dias que passou na colônia brasileira,

sua publicação datada de 1862, três anos após voltar para a Bélgica, tempo suficiente para revisar seu texto e assim, sanar possíveis saltos e omissões que estancariam sua leitura.

Por outro lado, se considerar que ela tenha iniciado a escrita de *Uma colônia no Brasil* em seu país de origem, esses deslocamentos, comuns em todo o texto, podem ser justificados à medida que rememorar os fatos com precisão, o que seria uma tarefa impossibilitada pelos lapsos da memória. Ao mesmo tempo, esse distanciamento do vivido, também possibilitaria que a tessitura de texto fosse esteticamente pensada para evitar essas lacunas que confundem a ordem cronológica dos acontecimentos. De qualquer maneira, a mínima modificação no texto comprometeria a essência do diário: a autenticidade do momento.

Assim, ao considerar que as omissões e cortes da narradora apontavam para uma provável tentativa de ressaltar o episódio, ao invés do momento em que os fatos ocorreram, de modo que, essa tentativa de criar relevo no fato em si revelava uma singularidade dos textos de autoria feminina que procuravam aprofundar o olhar para os eventos testemunhados.

De tal maneira, à medida que a viajante contemplava os episódios, ela gradualmente aprofundava suas observações e assim, instituiu relevo àquilo que estava sendo narrado. Por esse motivo, tornou-se difícil manter a impessoalidade do relato, uma vez que, ao aprofundar o olhar, concomitantemente, ela deixou suas impressões sintetizadas a partir de juízos de valor eurocêntricos.

Ainda que o texto de Marie não forneça uma datação concisa, a viajante ofereceu algumas referências temporais marcadas por episódios particulares, que fazem acreditar que a autora julgava mais interessante destacar os acontecimentos acima da ordem temporal.

Com isso, os constantes e inesperados deslocamentos vão se repetir no texto de Marie; os acontecimentos, muitas vezes, são antecipados e o leitor acaba por tomar conhecimento de eventos futuros que em sua maioria, não são de suma importância, mas que servem para confirmar alguns traços da escrita feminina: “excessiva e econômica, detalhista e lacunar” (CASTELLO BRANCO, 1989, p. 141).

É o que ocorre em uma passagem do capítulo quatro, na qual Mme. van Langendonck criticou a escolha dos colonos, ex-presidiários que estabeleceram propriedade em terras vizinhas. Após uma longa descrição das características físicas e morais das pessoas, Mme. van Langendonck passou a criticar uma cláusula especificada no contrato de compra de terras na colônia, que oferecia o direito de passagem a todos os colonos independente do título de posse da propriedade.

Uma vez que no ato de venda de uma colônia estava estipulado que o comprador era obrigado a dar passagem em todos os pontos de sua propriedade que agradasse os outros colonos atravessarem (condição que torna ilusória a posse) e porque a meus vizinhos agradara abrir passagem por uma parte de caminho que dava em nossa casa, eu tinha a perspectiva assustadora de um encontro forçado e diário com essas amostras de todas as infâmias do velho mundo, de que nos sentíamos felizes de estar longe. Desde então me veio o pensamento de deixar a colônia (LANGENDONCK, 2002, p. 56-57).

Mme. van Langendonck chegou a atribuir ao contato diário com esses vizinhos indesejados ao início de seu pensamento de deixar a colônia. No parágrafo posterior ao trecho citado acima, de súbito, há informação que um ano após o primeiro encontro com esses vizinhos, a matriarca da mesma família veio a falecer, “no ano seguinte, a ignóbil mulher morreu de moléstia terrível. O dedo de Deus a alcançara na América” (LANGENDONCK, 2002, p. 57).

Pode-se depreender que na atitude de rememorar e descrever as circunstâncias de sua vida na colônia, a viajante antecipou a narração por meio da *prolepse*, quebrando a ordem cronológica dos acontecimentos. Para os leitores, a informação que a ex-presidiária faleceu pode parecer um mero detalhe sem valor, contudo, pode-se notar que esse fato chama a atenção da viajante, que pareceu sentir-se aliviada de não mais topor com aquela indesejada mulher.

Com relação aos excessos dos textos de autoria feminina, as pesquisadoras Perrot, Leite, Castello Branco entre outras, apontavam suas diferenças em relação aos textos masculinos, sendo considerada uma memória construída a partir de detalhes, da subjetividade e das emoções que permeavam as autoras e, que estão relacionadas ao ambiente privado a que estavam habituadas.

Assim, o uso excessivo de detalhes é uma característica bem definida na escrita feminina e memorialística de modo que a própria viajante reconheceu que em muitas ocasiões ela excedeu na descrição dos fatos e sentimentos que permeavam sua composição.

Para aqueles que acharem esses detalhes, por serem muito pessoais repletos de inconveniência ou pretensão, terei a honra de responder que minha única intenção ao relatar esses fatos, de onde eu gostaria de suprimir o *eu*, era constatar que a civilização, cujo progresso atinge seu apogeu na velha Europa, bem poderia não valer tanto quanto muitas ideias conservadas primitivas no contato com uma nação jovem. Que um estrangeiro, um viajante, tente encontrar na Europa não apenas um lugar provisório em uma casa de família, mas também corações simpatizantes, que, não contentes com absorver metade de suas preocupações, ainda se apliquem em suprimi-las e procure, além disso, mãos abertas e braços fortes: que a ele, estrangeiro, lhe abram o caminho para uma posição que, mesmo com todos os direitos, ele não teria ousado esperar em sua pátria; e vede se, em lugar de simpatia, benevolência e proteção, ele recolherá outra coisa além de humilhações, recusas grosseiras, insolência e desdémns (LANGENDONCK, 2002, p. 119-120).

Nesse fragmento, é perceptível que a pretensão inicial da narradora era criar um relato de viagem impessoal, no qual o ‘eu’, isto é, suas impressões não figurassem a narrativa. De modo a distanciar-se do texto, é provável que ela almejasse elucidar os contornos brasileiros pelo seu testemunho, de maneira que suas informações pudessem servir como dados importantes para a historiografia brasileira. Contudo, não se pode esquecer de que Marie é uma escritora de poesias, com obras já publicadas no gênero; *Uma Colônia no Brasil* foi seu primeiro texto em prosa e, mesmo que Marie asseverasse que gostaria de suprimir o ‘eu’ de seu texto, não conseguia fazê-lo, por fim, ela reconheceu o tom demasiado pessoal de sua narrativa e prevendo as possíveis ‘causas’ que levariam seu texto a ser censurado pela crítica, ela se antecipou e justificou suas escolhas.

Desse modo, Mme. van Langendonck descreveu o modo de vida dos brasileiros e colonos europeus, dos aspectos tangentes a colônia e ao governo brasileiro e, concomitantemente, transmite suas apreciações, críticas e censuras, de maneira que, suas descrições não almejam despertar verossimilhança exclusivamente, mas apresentam a possibilidade de fazer história segundo um ponto de vista pessoal.

A última marcação temporal que aparece no livro da viajante corresponde ao dia que ela chega ao solo europeu – 10 de setembro de 1859, e por meio dessa marcação temporal, e de sua descrição também, consegue-se depreender o mês que ela deixou o Brasil, uma vez que, a informação é baseada na duração da travessia.

No dia 10 de setembro o Virgílio entrou no porto de Marselha. Infelizmente, nosso documento de inspeção sanitária, entregue no Rio de Janeiro pelo cônsul francês, sustentava que ali a febre amarela castigava e, ainda que durante os três meses da travessia nem a mais indisposição se tivesse declarado a bordo, fomos submetidos à quarentena (LANGENDONCK, 2002, p. 138).

Uma Colônia no Brasil não terminou concomitantemente ao fim de sua experiência em terras brasileiras, o que quebra a possibilidade de ser um diário de viagem com fim programado. Após sua partida do Brasil, a viajante ainda relatou toda a viagem de retorno bem como e seus primeiros dias de volta a Europa. As datas específicas são elucidadas conforme a importância que elas adquiriram como meio de contribuir para a rememoração da narradora, por exemplo, a data de sua chegada ao Brasil e a data de seu retorno são esclarecidas e marcam dois momentos importantes da narrativa, o começo e o fim de sua travessia.

Além das referências temporais já mencionadas, outras datas específicas não foram citadas pela narradora, alusões como ‘uma noite’, ‘eu ainda era hóspede da família

[...], ‘após a espera de um mês’, ‘à medida que a colônia era povoada’, ‘pouco tempo depois’ entre outras, corroboram para manter a ordem dos acontecimentos no decorrer da narrativa.

Com isso, o relato de Mme. van Langendonck, apesar de não respeitar o pacto de marcação temporal explicitados por Blanchot (2005) e Lejeune (2008), atende a uma ordem cronológica espaçada dos episódios presenciados pela narradora em sua primeira visita ao Brasil, de modo a construir uma memória. A triagem do vivido e o modo de organização da narrativa conferiu-lhe uma identidade narrativa, que corroborou para que a vida da narradora fosse memorável, uma vez que, com seu relato Mme. van Langendonck conseguiu mostrar sua forma de ver e entender o mundo a sua volta, mesmo que por meio de juízos de valor eurocêntricos.

A divisão do texto em capítulos obedeceu aos únicos traços formais invariáveis do diário: a “fragmentação e a repetição” (LEJEUNE, 2008, p. 261), mas sendo a datação ‘capital’, a narrativa de Marie não se enquadraria unicamente a esse gênero, mesmo se considerar-se o diário com fim programado, como é o caso do diário de viagem.

No entanto, ao se levar em conta que; “é enquanto diário que a autobiografia é interminável – da mesma maneira que é enquanto autobiografia que o diário pode ser terminado” (LEJEUNE, 2008, p. 273), pode-se inferir que as características inerentes ao gênero autobiográfico e suas complementaridades com o diário evidenciavam que ambos podiam coexistir em um mesmo texto - como é o caso de *Uma Colônia no Brasil*.

Existe evidentemente o diário puro, sem reconstrução autobiográfica, e, inversamente, a autobiografia pura, sem representação do tempo da escrita [...]. Mas com maior frequência, a atitude complementar existe pelo menos enquanto vestígio ou componente menor: é uma questão de hierarquização ou de dominante (LEJEUNE, 2008, p. 273).

Ao refletir-se sobre a exposição do crítico, fica mais claro compreender como se constrói o texto de Marie e evita-se cair na tentação de definir a que gênero ele pertence. Uma vez que não se tem um gênero fixo. Possivelmente o predomínio do relato de viagem devido, principalmente ao conteúdo temático da obra, pode-se afirmar que, de fato, as características que sacrificam a classificação de *Uma colônia no Brasil* enquanto relato de viagem, diário íntimo, de viagem e autobiografia são as mesmas que conferem singularidade à narrativa.

A reconstrução memorialística de Mme. van Langendonck - dos anos vividos no Rio Grande do Sul, suas impressões, experiências, os aspectos tangentes à colônia, os costumes da população brasileira, a organização política no período Imperial, as relações de classe e a paisagem brasileira - convergem a uma atitude de escrita própria, que ultrapassa as noções de gênero.

É como se essa ‘turbulência formal’²³ estivesse ligada à sua condição de mulher, escritora, narradora e personagem em uma sociedade marcada por inúmeros preconceitos, que delimitavam a atuação da mulher. Com isso, os trabalhos desenvolvidos nas duas últimas décadas sobre literatura de autoria feminina evidenciavam que essa mescla de gêneros e estilos, bem como a dificuldade de fronteiras entre gêneros são peculiares aos textos femininos do século XIX, de maneira que, os textos produzidos por mulheres nesse período caracterizam-se por essa mescla de gêneros.

2 O espaço autobiográfico de Marie

Por se tratar de uma pessoa e de uma experiência real, cuja existência pode ser verificável, não se pode deixar de considerar que a escrita autobiográfica de Marie pressupõe um ato de vontade e resistência em busca da afirmação do ‘eu’, ainda mais por se tratar, no caso em questão, de uma memória feminina ligada à presença de uma mulher no espaço público, lugar por muito tempo reservado à ação dos grandes homens.

Assim, o espaço autobiográfico da obra está intrinsecamente ligado ao espaço político ocupado pela mulher na sociedade. Antes de se prosseguir com essa questão, considera-se pertinente explicar o que vem a ser o ‘espaço autobiográfico’ proposto por Lejeune (2008, p. 23):

Talvez só se seja verdadeiramente autor a partir de um segundo livro, quando o nome próprio inscrito na capa se torna um ‘denominador comum’ de pelo menos dois textos diferentes [...]. Veremos que isso é muito importante para a leitura de autobiografias: se a autobiografia é um primeiro livro, seu autor é conseqüentemente um desconhecido, mesmo se o que se conta é a própria história: falta-lhe aos olhos do leitor, esse signo de realidade que é a produção anterior de outros textos (não autobiográficos), indispensável ao que chamaremos de ‘espaço autobiográfico’.

Primeiramente, este espaço está interligado a uma correspondência entre nome do autor, do narrador e da pessoa de quem se fala. Ademais, de nada adianta essa equivalência se o autor não for conhecido por meio de outras publicações que não a autobiografia.

Quando o autor já é consagrado por outros textos, não autobiográficos, instala-se um ‘signo de realidade’ que permite o reconhecimento do autor pelo público e desse modo, a autoridade do texto.

Uma vez que para Lejeune (2008), o reconhecimento de um autor de textos autobiográficos está ligado às publicações anteriores e, Mme. van Langendonck satisfaz essa

²³ Termo desenvolvido pela autora para evidenciar a mescla de gêneros no texto de Marie.

premissa - na Europa, a viajante já era reconhecida como autora de poesias por meio das publicações de *Aubepines* e *Heures poétiques* - sendo esse ‘o signo de realidade’ que o crítico fez referência.

Assim, a noção de ‘espaço autobiográfico’ é fundamental para a obra de Mme. van Langendonck visto que, pelo seu reconhecimento como autora, ela concedeu ao leitor as chaves para compreender seu texto não apenas como um relato de viagem, mas também enquanto autobiografia, no qual a viajante utilizava-se de sua habilidade como escritora para registrar a realidade brasileira segundo seu modo de ver e compreender o mundo a sua volta, alcançando assim, uma espécie de poética da história, ainda que a narradora asseverasse que são ‘relatos históricos’. Assim, a verossimilhança histórica apresentava-se permeada por uma visão particularizada, ocorrência que ratifica como o texto de autoria feminina é visceral, onde o eu vivido está presente no texto.

Ainda em conformidade com as ideias propostas por Lejeune (2008, p. 47), “a autobiografia se define por algo que é exterior ao texto, não se trata de buscar, alguém, uma inverificável semelhança com uma pessoa real, mas sim de ir além, para verificar, no texto crítico, o tipo de leitura que ele engendra a crença que produz”.

Diante disso, ao recuperar algumas das apreciações feitas por Mme. van Langendonck no que se refere à visão política do século XIX, de modo a esclarecer a conversão do espaço autobiográfico em espaço político. Uma vez que se acredita que a escrita de Marie pressupõe um ato de vontade e afirmação em um espaço público, faz-se necessário observar a visão que Marie possui da mulher branca oitocentista, foco de suas apreciações e, que assevera a autoridade masculina tanto no campo literário como político-social. Vejamos alguns exemplos:

O Senhor Delarue, homem amável e geralmente estimado, possui um tesouro cuja existência é posta em dúvida por todos aqueles que não estão excessivamente apaixonados. Esta coisa rara é simplesmente a mulher perfeita. A Senhora Delarue, incontestavelmente bela, jovem, instruída, cheia de tato, bom gosto e com um grande coração, é ao mesmo tempo uma esposa encantadora e uma perfeita dona-de-casa. Nada na casa escapa a sua constante vigilância; tudo ali se faz segundo suas ordens; ela se ocupa dos mínimos detalhes, mas com tanta sabedoria, tanta amenidade, que seus empregados a adoram. Levantando-se com o raiar do dia, seu marido a encontra ao desjejum (às sete horas) em um elegante penhoar de musselina, cercada por seus três lindos filhos, tão bem cuidados quanto ela mesma (LANGENDONCK, 2002, p. 106).

Nota-se que temos uma visão de quais as aptidões femininas que deveriam figurar o protótipo de uma esposa perfeita para os brasileiros em meados do século XIX. Desde muito jovens, as moças eram instruídas a apresentarem um comportamento comedido e afável, fato

que corroboraria na obtenção um bom casamento. Além disso, toda mulher deveria saber conduzir com maestria as obrigações do lar, exclusivamente avaliadas como responsabilidade feminina.

A Senhora Delarue cumpria com todos esses requisitos de maneira que suas qualidades eram admiradas pelo marido e pela sociedade. Ademais, com todas as obrigações do lar, a Senhora Delarue conseguia ser, além de encantadora e boa dona de casa, uma mulher sedutora e impecável.

Após deixar a casa dos Delarue, na ocasião de sua viagem de volta à Antuérpia, Mme. van Langendonck hospedou-se por algumas semanas na casa de um médico alemão. Naquela oportunidade, a viajante ratificou o relacionamento entre marido e esposa:

O doutor Einzelmann era o médico da moda em Porto Alegre: havia desposado uma brasileira, a quem ele literalmente adorava. Seu amor violento resistira a seis anos de casamento: parecia mesmo aumentar ainda mais. A Senhora Einzelmann tinha apenas vinte e três anos, gostava da vida de sociedade, onde era admirada: seu marido, ainda que de uma saúde frágil e apesar das fadigas de sua profissão, acompanhava-a por toda parte, mesmo nos bailes, onde certamente só dançava para ser agradável à sua mulher. Não sei se a Senhora Einzelmann partilhava toda esta paixão; ela era pouco expansiva. No fundo, se não era louca por seu marido, tinha por ele uma afeição sincera e profunda; sua conduta como mulher era exemplar e não dava lugar a nenhuma sombra de maledicência. Ela recebia poucas pessoas; homens, nunca, exceto aqueles que acompanhavam suas esposas. (LANGENDONCK, 2002, p. 108-109).

Por meio dessa passagem pode-se deduzir como se fundamentavam os relacionamentos naquele período - não eram permitidas visitas de homens em casa, pois o não cumprimento desta condição não só afetava a reputação das mulheres como também, a honra de seus maridos. Uma vez que a Senhora Einzelmann respeitava essa premissa, seu comportamento exemplar era uma espécie de condição que cultivava o ‘violento amor’ do Senhor Einzelmann, que apesar de possuir uma ‘saúde frágil’ sempre se esforçava para acompanhar a mulher nos eventos sociais, muito apreciados por ela.

Assim, parece apropriado afirmar que o casamento dos Einzelmann, era como uma espécie de troca de conveniências, da mesma maneira baseavam-se os demais ‘bons casamentos’ daquele período, relacionamentos em que o homem se vangloriava por possuir uma esposa com bons predicados, detentora de aptidões de dona de casa e mulher perfeita, ou seja, a mulher ostentava o privilégio de ter um ‘bom casamento’, sinônimo de um bom marido, que lhe fornecesse o sustento e a garantia de uma vida tranquila financeiramente.

No Brasil, a escolarização feminina só se iniciou em 1820, portanto, no período em que Marie esteve na colônia o desenvolvimento intelectual das mulheres brancas da elite era, ainda, precário. Promovido pelo Império, a escolarização feminina propiciou às poucas

mulheres contrapor-se à ideia comum de que a mulher não precisava de conhecimentos de leitura e escrita.

Com isso, apenas uma pequena parcela das mulheres da elite teve acesso à educação e dominava um segundo idioma; qualidades almejadas à medida que contribuíam para obterem um ‘bom casamento’. Assim que casavam, as mulheres abandonavam as atividades intelectuais, ocorrência que tardou a inserção e a participação dessas mulheres em ambientes políticos e culturais.

O fato de serem instruídas desde meninas a serem perfeitas esposas, dedicadas apenas à família, coibidas de qualquer aproximação a outro homem fora do domínio visual do marido - ocorrência que as restringia ao ambiente doméstico - transpareceu a dependência da mulher em relação ao homem. Contrariamente, na Europa, as mulheres constituíam mão de obra nas fábricas têxteis desde o fim das Revoluções Industrial e Francesa, e, a cada dia, ganhavam mais espaço no mercado de trabalho, enquanto que as brasileiras surgiam como mulheres não habituadas ao trabalho, dependentes do marido e, desse modo, alheias à noção de progresso europeu.

Em direção contrária, tem-se a figura de Mme. van Langendonck, uma mulher instruída da pequena nobreza, que procedeu de uma cidade europeia à vida precária de emigrante em um país desconhecido sem temer o trabalho. Em oposição às mulheres brasileiras daquele período, que acreditavam que um ‘bom casamento’ pudesse proporcionar melhores condições de vida, Mme. van Langendonck emigrou com a noção de progresso decorrente do capitalismo europeu e enxergou no labor a possibilidade de melhorar sua condição.

Na Europa, Mme. van Langendonck sempre teve a melhor educação, seu desenvolvimento intelectual possibilitou sua construção como ser social e político, de maneira que com ‘olhos imperiais’²⁴, de uma mulher europeia branca e culta, ela examinou e interrogou todas as particularidades do país, fato que a diferiu das demais mulheres brancas com quem ela estabeleceu contato no Brasil.

Como ratificado anteriormente, a recepção ao texto de Mme. van Langendonck por ocasião de sua publicação na Bélgica revelou uma rigidez do mercado editorial, que pressupunha como uma norma que o relato de viagem deveria ser impessoal para, assim, servir como documento histórico e, ainda, restringir a entrada de mulheres neste gênero.

²⁴ Isto é, “o olhar do branco vindo dos países civilizados” (PRATT, 1999, p. 11).

Desse modo, afirma-se que a turbulência formal do texto, à medida que apresenta características que não satisfazem noções capitais do gênero intimista, oferece uma nova forma de configuração dos relatos de viagens daquele momento. Assim, a reconstrução memorialística e autobiográfica de Mme. van Langendonck converge a uma atitude de escrita própria, que ultrapassa as noções de gênero, de modo que essa turbulência formal pode ser relacionada a própria condição de Marie como mulher e escritora, uma vez que transgride o que se espera de uma mulher no século XIX, bem como o que se espera de uma publicação feminina: intimista e descritiva.

Diante disso, os comentários de Marie estendem-se de impressões sobre as mulheres para as esferas políticas e sociais, ocorrência que levam a afirmar que o ‘espaço autobiográfico’ da obra está intrinsecamente interligado à sua atuação como mulher e escritora.

Os comentários de Mme. van Langendonck apontavam as mulheres brancas da elite recriminadas por não estarem inseridas na noção de progresso europeu. Todas as imagens das diferentes mulheres ‘brasileiras’ apresentavam um encontro entre a cultura europeia e a da colônia, de maneira que, o olhar de Mme. van Langendonck, alheio aos costumes brasileiros daquele momento histórico, destacou minuciosamente as relações conjugais e as particularidades do cotidiano das mulheres brancas e, assim, corroborava para evidenciar estereótipos de poder e o posicionamento da viajante, representação da mulher europeia diante da realidade oitocentista americana.

Sabe-se que ela almejava participar de um gênero sério com essa publicação, tivera a audácia de imergir em um lugar ocupado pelos viajantes do sexo masculino - naturalistas e historiadores como foi exposto no início deste texto – e que reconhecer a impossibilidade de sua escrita, essa impossibilidade de distanciar-se daquilo que viu e viveu acabam por afirmar sua identidade como escritora, narradora e personagem.

Assim, a singularidade da narrativa apresenta-se centrada no plano da expressão e da reflexão, nas censuras feitas ao longo do livro pelo seu olhar crítico e feminino. Nessa perspectiva, pode-se pensar em um relato de viagem com o teor afirmativo de sua forma de ver e entender o mundo que a cerca, sendo o registro realístico arma fundamental para sua autoafirmação no campo político-social e literário do século XIX.

Referências

BLANCHOT, M. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTELLO BRANCO, L. Notas sobre uma memória feminina. In: CASTELLO BRANCO, L.; BRANDÃO, R. S. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 137-147.

LANGENDONCK, Madame Van. **Uma colônia no brasil**. Tradução de Paula Berinson. Florianópolis: Editora Mulheres: EDUNISC, 2002.

LANGENDONCK, Madame Van. **Uma colônia no brasil**. Tradução de Dora Lindenberg. Campinas: PUCCAMP, 1990.

LEITE, M. L. M. Mulheres viajantes do século XIX. In: SCHPUN, M. R. (Org.). **Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1997. p. 25-43.

LEJEUNE, P. **O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 18, p. 15 ago./set. 1989.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

SUSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

UMA COLÔNIA NO BRASIL: INTERSECTIONS BETWEEN THE TRAVEL REPORT, AUTOBIOGRAPHY AND FEMININE AUTHORITY

Abstract

In 1857, a time when women were content, or were forced to devote themselves exclusively to family life, the sexagenarian Marie van Langendonck prefers to weave its history. She is an illustrious lady, poetess and writer who describes her experiences in *A Colony in Brazil*, little known book in the academic environment. Published in 1862 in Belgium, the book provides an account of Marie's experiences in Brazilian lands between 1857 and 1859, when she lived in a colony in the south of the country. Although it contained the subtitle *Historical Reports*, when the book was published, it was evaluated by the critics like a diary, without historical validity, however, as it was researched on the genre, some questions of theoretical nature were raised, since, Marie's account extrapolated capital characteristics pointed out by Blanchot and Lejeune inherent in the diary. It is also intended to reveal how the memorialistic reconstruction of Mme. Van Langendonck converges to an attitude of self-writing that goes beyond the notions of gender, so that the autobiographical space of the work is intrinsically linked to the condition of Marie as a woman, writer and character in a society marked by innumerable prejudices, that limited the woman's performance.

Key-words

Travel report. Autobiographical writing. Mme. Van Langendonck.

Recebido em: 23/04/2018
Aprovado em: 11/09/2018